



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.550, DE 2019

Apensados: PL nº 3.553/2019, PL nº 3.581/2019 e PL nº 3.970/2019

Dispõe sobre o reconhecimento da profissão de *coach*, da prática da metodologia de *Coaching* e dá, e dá outras providências.

Autor: Deputado NEREU CRISPIM

Relator: Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.550, de 2019, dispõe sobre o reconhecimento da profissão de *coach* e a prática da metodologia de *coaching*.

Nesse sentido, conceitua o *coaching* como “um método de assessoramento, direcionado a indivíduos ou grupos, distinto de terapia ou aconselhamento, caracterizado por uma abordagem pragmática voltada para a realização de um ou mais objetivos específicos, em áreas como negócios, saúde, finanças ou desenvolvimento pessoal e profissional”.

A proposta estabelece três níveis de especialização profissional – formação em *coach* pessoal (*life coach*), formação em *coach* executivo (*executive coach*) e formação em *máster coach* (mestre em *coaching*), estabelecendo o número mínimo de horas de aulas teóricas e atividades práticas e o nível educacional exigido para cada um deles.

O projeto ainda dispõe sobre a criação dos conselhos federal e regionais de *coaching* e sobre suas atribuições, competências e composição.



Ao PL nº 3.550, de 2019, foram apensados os PLs nºs 3.553, 3.581 e 3.970, todos de 2019.

O **PL nº 3.553, de 2019**, do Deputado Julio Cesar Ribeiro, que “*dispõe sobre o exercício da profissão de COACHING e dá outras providências*”. A proposta permite o exercício da profissão aos bacharéis diplomados em qualquer área profissional por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que tenham experiência em gestão de pessoas e que tenham sido diplomados por instituição reconhecida nacionalmente ou internacionalmente, na qualificação, graduação, mestrado ou pós-graduação em *coach*. Também permite que continuem exercendo a profissão os que, embora não sejam diplomados em *coach*, possuam formação superior e venham exercendo as atividades de *coaching* por cinco anos até a data da publicação da lei. São, ainda, estabelecidas as competências do *coaching* e exigido, para o exercício profissional, o registro no órgão competente da Secretaria do Trabalho, vinculado ao Ministério da Economia.

O **PL nº 3.581, de 2019**, do Deputado Eduardo Bismarck, que “*dispõe sobre o exercício da profissão de Coach e dá outras providências*”, definindo o *coach* como o profissional que assessora indivíduos, grupos ou empresas, de forma pragmática, para alcançarem um ou mais objetivos específicos. O projeto exige que o profissional possua diploma de curso superior e de curso específico de formação na área ministrado por instituições de notório conhecimento nas técnicas do *coaching* e reconhecidas como válidas por processos de autorregulação. Prevê, também, que a profissão poderá ser exercida nas modalidades de *coach*, *master coach* e *trainer coach*, conforme o tempo de capacitação do profissional. São estabelecidas as competências do *coach* e as práticas das quais ele deverá se abster. Por fim, determina que o currículo de formação do *coach* será definido por entidade de autorregulamentação profissional e que a fiscalização do exercício profissional será feita na forma de lei de iniciativa do Poder Executivo.

O último apensado, o **PL nº 3.970, de 2019**, do Deputado Coronel Tadeu, que “*regulamenta o exercício da profissão de Coach e dá outras providências*”, definindo as competências e deveres desse profissional. Para o exercício da atividade, o projeto exige o registro no Conselho Regional de *Coach*, sendo requisito para o



registro que o profissional possua diploma de graduação em qualquer área profissional, que tenha experiência em gestão de pessoas e que tenha sido diplomado por instituição reconhecida, na qualificação, em graduação, mestrado ou pós-graduação em *coach*. A profissão poderá ser exercida nas modalidades de *coach*, *master coach* e *trainer coach*, conforme o tempo de habilitação do profissional. A proposta dispõe de seções sobre a ética do *coach*, as infrações e sanções disciplinares. São criados os conselhos federal e regionais de *Coach*, estabelecendo-se suas competências e composição.

As justificações destacam, em geral, a necessidade de que o *coaching* seja exercido por profissionais qualificados e a expansão que a profissão, já presente em numerosos países, está tendo no Brasil.

Em regime de tramitação ordinária e sujeitos à apreciação conclusiva pelas Comissões, os projetos foram distribuídos à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), para apreciação do mérito, à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para deliberação sobre o mérito e a adequação financeira e orçamentária, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

No prazo regimental, encerrado nesta Comissão em 11 de setembro de 2019, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As justificativas das proposições sob análise demonstram cabalmente a importância que o *coach* pode ter para que aquele que o contrata alcance objetivos que não conseguiria sozinho, utilizando-se, conforme consta do projeto principal, de metodologia caracterizada “*em sua essência pela maiêutica socrática, tendo como significado ‘dar à luz’ o conhecimento pressuposto que a verdade está latente em todo ser humano e que a forma de extraí-la é através de perguntas poderosas que levam o indivíduo a reflexão profunda e encontro das próprias soluções*”.



Evidentemente, uma pessoa que não esteja adequadamente capacitada pode, em vez de auxiliar, prejudicar aquele que buscou ajuda, razão pela qual consideramos meritorias as propostas que visam regulamentar a profissão, aproveito para homenagear os eminentes autores desta proposta, em especial o Deputado Nereu Crispim meu conterrâneo.

Nesse sentido, apresentamos substitutivo que procura abranger o que de melhor, do ponto de vista jurídico e constitucional, consta de cada proposta, suprimindo disposições inconstitucionais (como as que tratam dos conselhos federal e regionais de fiscalização da profissão, que, conforme estabelece o art. 61, § 1º, II, “e”, da Constituição Federal são de iniciativa privativa do Presidente da República) e outras que, em nome da juridicidade, não devem constar da lei, por se tratar de definições e conceituações teóricas, próprias do processo de formação do *coach*.

Diante do exposto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.550, 3.553, 3.581 e 3.970, todos de 2019, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI
Relator



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI NºS 3.550, 3.553, 3.581 E 3.970, TODOS DE 2019

Regulamenta a profissão de *coach*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o exercício da profissão de *coach*.

Art. 2º É livre o exercício da profissão de *coach*, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º *Coach* é o profissional que, utilizando-se da metodologia do *coaching*, assessora indivíduos, grupos ou empresas para alcançarem um ou mais objetivos específicos.

§ 2º *Coaching* é um método de assessoramento, direcionado a indivíduos ou grupos, distinto de terapia ou aconselhamento, caracterizado por uma abordagem pragmática voltada para a realização objetivos específicos em áreas como negócios, saúde, finanças ou desenvolvimento pessoal e profissional, sem que se crie dependência do cliente com o profissional.

§ 3º O *coaching* não é processo terapêutico ou de aconselhamento nem pode ser aplicado no tratamento de condições ou patologias que demandam atenção de profissionais da saúde.

§ 4º A designação profissional *coach* é privativa dos habilitados na forma desta lei.

Art. 3º Compete ao *coach*:

I – atuar em parceria com seu cliente, de forma individualizada ou em grupo, para auxiliá-lo a definir e alcançar seus objetivos, avaliando, planejando,



programando, implantando, dirigindo, coordenar, orientar, supervisionar o desenvolvimento de equipes e aperfeiçoamento da atividade profissional e pessoal, por intermédio da execução de treinamento ou de palestras de aperfeiçoamento e motivacionais;

II – estimular o cliente a superar barreiras e pontos fracos que o impeçam de atingir seus objetivos;

III – contribuir para que o cliente aperfeiçoe seu desempenho e usufrua de melhor qualidade de vida;

IV – utilizar procedimentos específicos, questionários e relatórios que conduzam o cliente à realização de suas metas;

V – desenvolver, planejar e orientar a elaboração de conduta e imagem pessoal ou profissional (*marketing* pessoal)

VI – integrar equipes de planejamento, programação, supervisão, implementação de tarefas e métodos de trabalho, direção, coordenação, orientação, controle e avaliação de extensão e desenvolvimento pessoal e laboral;

VII – assessorar e prestar consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades;

VIII – dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de *coaching* em nível técnico, de graduação e pós-graduação; e

IX – coordenar seminários, congressos, *workshops* e eventos assemelhados sobre temas relacionados ao *coaching*.

Art. 4º O profissional Coach deverá se abster de:

I – alegar, oferecer, tratar, auxiliar, acompanhar ou divulgar qualquer tipo de suporte relacionado à saúde física ou mental, salvo se possuir formação específica;

II – indicar, sugerir ou prescrever o uso de remédios, compostos e medicamentos de qualquer espécie;

III – recomendar a suspensão de prescrições feitas por profissionais da área da saúde;



IV – prestar conscientemente serviços a clientes submetidos a acompanhamento terapêutico, psiquiátrico ou psicológico sem a autorização expressa e por escrito do profissional de saúde responsável pelo caso.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo implica o dever de indenizar o cliente no valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor contratado para o serviço, independentemente de outras consequências nas esferas civil e criminal.

Art. 5º O exercício da profissão de *coaching* é assegurado:

I – aos bacharéis diplomados em qualquer área profissional por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, que tenham experiência em gestão de pessoas e que tenham sido diplomados por instituição reconhecida nacionalmente ou internacionalmente, na qualificação, graduação ou pós-graduação em *coaching*;

II – aos que, embora não diplomados nos termos do inciso I deste artigo, venham exercendo as atividades de *coaching*, comprovada e ininterruptamente, por mais de 5 (cinco) anos, desde que possuam formação superior, até a data da publicação desta lei.

Art. 6º A profissão de *coach* pode ser exercida nas seguintes modalidades:

I – *coach*, acrescido da denominação complementar à sua escolha, referente à área em que atua como *coach* ou de formação acadêmica, para os profissionais que concluíram os cursos previsto no art. 5º desta lei;

II – *master coach*, para os profissionais que adquirirem o título de especialista, na forma do inciso II do § 1º deste artigo;

III – *trainer coach*, para os profissionais que, observadas as regras das instituições formadoras, estejam qualificados para treinamento e capacitação dos discentes inscritos nessas instituições, na forma do inciso III do § 1º deste artigo.

§ 1º A qualificação de profissionais para as diferentes modalidades obedece aos seguintes critérios:



I – formação do *coach*, mínimo de 200 (duzentas) horas de capacitação;

II – formação do *master coach*, mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas de capacitação;

III – formação do *trainer coach*, mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas de capacitação.

§ 2º Os conteúdos dos cursos que compõem as cargas horárias das formações mencionadas no § 1º deste artigo serão definidos pela instituição formadora e homologados por mecanismos de autorregulação.

§ 3º O credenciamento dos profissionais fica condicionado à participação em curso específico sobre Código de Ética Profissional promovido pelas entidades certificadoras autorizadas pelos processos de autorregulação.

§ 4º Entidade de autorregulação profissional definirá o currículo a ser desenvolvido por instituições nela credenciadas para qualificação profissional prevista neste artigo.

§ 5º O credenciamento habilita o profissional a atuar em todo o território nacional pelo prazo fixado nos processos de autorregulação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI
Relator